

102 Políticas de desenvolvimento de atividades tecnológicas em filiais brasileiras de multinacionais

Sérgio Robles Reis de Queiroz
 Instituto de Geociências
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/06388-9
 Vigência: 1/8/2004 a 31/8/2007

Desde os anos 1980, é possível observar um significativo movimento de integração mundial das funções corporativas das empresas multinacionais (EMNs). A função tecnológica também faz parte desse processo, à medida que a integração mundial das atividades tecnológicas, as de P&D em particular, vem favorecendo a criação de redes globais de P&D no interior das EMNs. A necessidade de aproveitar ao máximo as capacidades existentes nos diversos países de implantação dessas firmas e, ao mesmo tempo, racionalizar o processo de geração de conhecimento conduz a novas configurações dos esforços tecnológicos. Isso significa mudança no número de localizações em que atividades tecnológicas são executadas, no processo de definição dessas localizações e nas atribuições correspondentes. As atividades tecnológicas das EMNs fora de seus países de origem, que costumavam ser vistas como marginais, passaram a ser destacadas pela crescente literatura internacional sobre internacionalização de P&D. Ainda assim, com poucas exceções, os países em desenvolvimento parecem à margem do fenômeno. Esse fenômeno coloca um conjunto de questões relativas à inserção das filiais brasileiras nas redes globais de P&D das EMNs. Por exemplo, em que medida o país vem recentemente atraindo investimentos em atividades de P&D das multinacionais? Quais os fatores que afetam essa capacidade de atração? Que políticas podem estimular esses investimentos? Quais os efeitos desses investimentos sobre o processo de aquisição local de capacidades tecnológicas? A resposta a questões desse tipo é de grande relevância para as políticas relacionadas ao investimento direto externo e ao desenvolvimento tecnológico do país. A pesquisa pretende ajudar a responder essas e outras questões que as antecedem por meio de uma análise das características das unidades tecnológicas das filiais de EMNs, articulando-a aos processos de reestruturação observados em nível internacional e às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

103 Políticas públicas e desenvolvimento regional: identificação e avaliação de impactos regionais resultantes das principais transformações na estrutura produtiva na região Araraquara-São Carlos, SP

Helena Carvalho de Lorenzo
 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2001/13141-4
 Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2005

A região Araraquara-São Carlos, SP, formada por 26 municípios, constitui o objeto desta proposta. Trata-se de uma área que evidenciou em seu processo de formação ter passado por todas as fases que caracterizaram o desenvolvimento mais geral do estado. Desde cedo, foram se formando os primeiros vínculos regionais. Nos anos 1990, em consequência dos rumos mais gerais da economia brasileira e das transformações em sua estrutura econômica e social, decorrentes da reestruturação empresarial enfrentada por seus principais segmentos produtivos (as agroindústrias regionais da cana e laranja, a indústria metalomecânica e os segmentos de base tecnológica, estes últimos principalmente localizados no município de São Carlos), a região começa a consolidar uma estrutura regional a partir das economias locais. Mais recentemente, essa construção tende a ser acelerada com a vinda de novos empreendimentos (Embraer, TAM, usina termelétrica, por exemplo) que estão exigindo forte articulação das administrações municipais, tendo em vista os impactos decorrentes e a capacidade dos serviços públicos para o seu atendimento. Na realidade, a adequação entre a lógica privada (os propósitos dos projetos de implantação dos novos investimentos) diante das prioridades das administrações públicas tem sido uma das preocupações das instituições locais, que têm manifestado interesse em articular a formulação de políticas conjuntas. Embora essa seja uma preocupação manifesta, as administrações públicas não dispõem de recursos para pensar a articulação regional de forma integrada e coletiva. Este seria um papel da universidade. Trata-se de conhecer a realidade regional em suas especificidades e potencialidades locais, elaborar critérios e indicadores para a formulação de políticas coletivas e integradas, promover a articulação entre as equipes das prefeituras e especialmente formular proposições com potencial de integração que respondam às necessidades regionais coletivas.

104 Construção comunitária de um projeto para adequação ambiental e sustentabilidade da produção agropecuária da microbacia do ribeirão Piracicamirim

Paulo Edgard Nascimento de Toledo
 Instituto de Economia Agrícola
 Secretaria da Agricultura e Abastecimento
 do Estado de São Paulo (Saasp)
 Processo 2001/12914-0
 Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2003